

---

## A ÉTICA NA PERSPECTIVA DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO\*

---

DOI 10.18224/frag.v29i1.6595

ROBINSON FRANCINO COSTA\*\*

*Resumo: os problemas sociais na América Latina, sobretudo, no Brasil instigaram esta pesquisa, que fazendo uso dos instrumentos teóricos por meio de abordagem exploratória e descritiva analisou a correlação entre a ética, a teoria das representações sociais, e a filosofia da libertação frente aos problemas sociais no Brasil. Fundamentada em pensadores como Dussel na filosofia da libertação e Moscovici nas representações sociais a pesquisa apontou a ética como um ponto de convergência em relação ao problema da pobreza e das lutas encampadas pelas minorias sociais. E que essa minoria absorveu a condição depreciativa como uma circunstância natural de sua vida, incorporando-a como um estigma necessário para sobrevivência no mundo capitalista. E como é predominante o capitalismo não assume a ética como base de suas ações, mas a consubstancia num elemento de conveniência e de escolhas circunstanciais, assim, torna-se uma ética de mercado mesmo que em detrimento da condição humana.*

Palavras-chave: *Ética. Representações Sociais. Filosofia da Libertação. Capitalismo.*

A sociedade brasileira, com tanta pluralidade de experiências de vida, e personificações culturais em seu extenso território, goza de uma infinidade de contextos sociais distintos também dados pela disparidade econômica que os afeta.

---

\* Recebido em: 01.08.2018. Aprovado em: 17.08.2019.

\*\* Doutorando pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas - UFPel/RS. Mestre em Administração pela Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais – FEAD/MG. Especialista em Contabilidade Tributária pela Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal – FACIMED. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Rondônia. Professor da Universidade Federal de Rondônia. Pesquisador vinculado aos grupos: Gestão dos Impactos da Tecnologia da Informação na Amazônia Legal–IMPACTIN/UNIR, Estudos Contemporâneos em Contabilidade e Gestão–ECCONT/UNIR, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas Educacionais-NEPPE/UFPel. *E-mail:* professorrobinson@gmail.com

Deste modo, a TRS (Teoria das Representações Sociais) com sua fonte pensadora, sobretudo, em Moscovici (2003) adentra no Brasil como a possibilidade de perceber esse país com um prisma diferente dos olhares até então empregados.

A teoria das representações sociais supera a perspectiva do indivíduo extirpado do seu *habitat* social, e assim num emaranhado de vivências coletivas se perpassam, se envolvem, se conflitam e também se unem por causas, durante toda sua existência.

Logo, sem a pretensão de exaurir tão rica temática, problematiza-se indagando como se relacionam a Teoria das Representações Sociais, a Filosofia da Libertação e a ética para discussão dos problemas sociais na América do Sul, sobretudo, no Brasil?

Assim, o objetivo central deste artigo consiste em analisar uma correlação entre a ética, a filosofia da libertação, e a TRS sobre os problemas sociais no Brasil. Com o intuito de respaldar o objetivo principal, far-se-á uma organização teórica com os objetivos específicos que são: Abordar as discussões de Enrique Dussel (1995) sobre filosofia da libertação em suas concepções éticas; Evidenciar a teoria das representações sociais como uma proposta de defesa social na América Latina e no Brasil.

Os países da Europa, de modo geral, usufruem de uma qualidade de vida superior aos países da América do Sul ou África, logo, compreender a realidade de cada localidade é um ponto vital para a discussão das representações sociais em sua essência. Segundo Moscovici (2003) embora não representem a realidade tal como ela **é**, elas representam a realidade para os seus sujeitos produtores, e é assim que trataremos a partir deste texto.

De modo que na América Latina, essa teoria ganhou uma evidente importância, já que as diferenças socioeconômicas refletem profundamente em seu povo as distorções entre quem vive melhor e quem apenas sobrevive. Por vezes, com gritos oprimidos pelo modelo capitalista e sem uma face representativa que os defenda. Tal fenômeno proporcionou a TRS um ambiente muito propício à pesquisa no Brasil e que posteriormente culminou com o que Jodelet (2005) chamou de “escola brasileira da TRS” onde ela argumenta que chegou a essa expressão buscando a melhor maneira de qualificar a perspectiva atual do campo de estudos das RS (representações sociais) no Brasil.

No contexto da América Latina e do Brasil, há a criação de uma realidade e de um senso comum arraigado no cerne das lutas frequentemente travadas pelo direito das minorias. Isso, se dá muito em função da disparidade enfrentada no regime capitalista com um alto potencial de concentração de renda e exploração de mão de obra.

Então, no intento de fomentar essa discussão, utilizou-se de livros, revistas específicas das ciências humanas, visando um adensamento teórico com o aporte basilar de Enrique Dussel (1995) e Moscovici (2003) de modo a provocar uma criticidade quanto às experiências vivenciais, socioempíricas, com norte investigativo, exploratório e descritivo do fenômeno em face da representação social no Brasil que se consubstancia desses ingredientes. Numa tentativa de visualizar tal fenômeno social no seu campo de atuação deve-se observar em (MOSCOVICI; MARKOVÁ, 2003, p. 49) quando mencionam que as representações sociais são “[...] fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto realidade quanto senso comum”.

Por certo, estes são aspectos intrínsecos à formação de um desenho sociocultural, pois como destaca Bourdieu (1989) trata-se de um “poder simbólico”. Evidentemente, a face do poder nem sempre guarda a beleza de uma obra em grupo, pois, apesar da plantação ser coletiva, a colheita quase sempre é individual, quando se refere a lógica do trabalho e ao capitalismo.

De modo que a ética, desde que exercida socialmente, surge como uma substância capaz de atenuar as disparidades socioeconômicas. Então, nesta pesquisa a ética é discutida como uma essência que está na natureza do homem em relação ao seu meio, ora dispersa, ora concentrada, por vezes invocada a cumprir um papel de equidade, de racionalismo, e de ação reflexiva sobre situações extremadas na relação do homem com o ambiente.

Definir o conceito de ética não é uma tarefa nada fácil, visto que os pensadores trabalham com conceitos distintos acerca desta temática, sendo necessário beber da fonte do conhecimento de nomes como Aristóteles, Spinoza, Foucault, Nietzsche, Heidegger, Kant e tantos outros que não propõem a ética como um conceito pronto, mas como um exercício reflexivo diante de circunstâncias.

De tal sorte, trabalhar um conceito resumido ou exclusivo de ética se revela uma tentativa de diminuir séculos de reflexão sobre algo tão complexo, pois a ética pode se fazer valer em diversas condições e ambientes, seja na religião, na política, no respeito ao ser humano e ao meio ambiente, e por consequências normais as discussões se configuram de modos heterogêneos. Assim, não há um conceito de ética uníssono, mas circunstanciais, uns mais universais e outros menos.

Aristóteles (1979, p. 71) aponta que “pela prática de atos justos se gera o homem justo, e pela prática de atos temperantes; o homem temperante; sem essa prática, ninguém teria sequer a possibilidade de tornar-se bom”. Assim, apresentando uma perspectiva daquilo que considera ético. Sendo, um conjunto de ações que conduz o homem ao senso de justiça o qual torna-o bom.

Sendo essa a perspectiva ética teleológica<sup>1</sup> tomada como ponto de partida das reflexões a seguir. Ou seja, a ética como um exercício interminável de respeito e práticas, onde os meios e os fins devem ser ponderados.

Assim, este artigo se perfaz com a organização de cinco seções: sendo a primeira seção com as ideias de pesquisa previstas nesta introdução; a segunda seção com os fenômenos sociais na América Latina: Dussel (1995) e a proposta de libertação; na terceira seção contempla-se a teoria das representações sociais e a ética no Brasil; já a quarta seção se destina a análise permeada pelo contraste dialógico entre a economia e a ética; por fim na quinta seção se reúnem as considerações proporcionadas pelos elementos apontados nas reflexões.

## OS FENÔMENOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA: ENRIQUE DUSSEL E A PROPOSTA DE LIBERTAÇÃO

Nos anos 60, 70 e 80 toda a América Latina viveu uma expectativa muito grande sobre o futuro. Foi um período de transição de formas de governo. A democracia pedia passagem e com ela a expectativa dos povos de poder fazer um governo que de fato e de direito os representassem em seus anseios mais meritórios.

Como a pobreza e a pouca instrução predominavam, muitos pensadores trataram da necessidade da libertação de um povo como sendo um princípio ético para a existência social. Nesse intuito floresceram correntes de pensamento em diversas áreas como a educação, artes, música, filosofia, sociologia, teologia.

Nesse contexto a discussão da filosofia da libertação ganhou solidez e com as pesquisas de Dussel (1995) passou a amplificar o pedido de justiça social. O próprio Dussel

(1995) alegou que o fato que moveu suas pesquisas foi a descoberta da miséria de seu povo, percebida desde a sua infância no campo quase desértico, retratando realidades totalmente distintas entre as representações sociais europeias e sulamericanas, onde se deparou com o eurocentrismo e notou “que a América Latina se encontra fora da história. Era preciso encontrar para ela um lugar na História Mundial, partindo da sua pobreza, e, assim, descobrir a sua realidade oculta” (DUSSEL, 1995, p. 14).

Sempre que possível é importante analisar os contextos sulamericano e europeu para melhor compreender que a mesma teoria pode se apresentar num local diferentemente de outro, e assim também apresenta-se o pesquisador, frente a outra realidade.

Dussel (1992) compreendia as distinções e as destacava apenas como diferenças e não traços de superioridade na relação entre uma cultura e outra.

Para Dussel (1992, p. 5) um pensamento eurocêntrico promove uma falácia desenvolvimentista, na medida em que:

- a) a cultura europeia é considerada como a mais desenvolvida, isto é, superior às outras culturas (tese eurocêntrica);
- b) as outras culturas causam seu próprio subdesenvolvimento, por isso o progresso é um bem para elas. O progresso considerado como um processo emancipador (falácia do desenvolvimentismo);
- c) a dominação da Europa sobre as demais culturas é uma ação pedagógica ou uma violência necessária, sendo justificada por ser uma ação civilizadora e modernizadora, e, também, pelos sofrimentos causados às pessoas de outras culturas. Esse sofrimento é visto como custo necessário ao processo civilizador a ser pago por uma “imaturidade culpável”; o europeu, ou o colonizador, é inocente, sendo vista a sua ação pedagógica como um mérito ou violência necessária; e
- d) as vítimas conquistadas são as culpadas também de sua própria conquista e da violência que recebem, já que poderiam sair da barbárie sem o uso da força. Elas são também vistas como culpadas quando se rebelam contra a ação emancipadora/conquistadora.

Assim, com Dussel (1992) depreende-se que as falácias apontadas não mudam internamente a forma existencial de uma comunidade. O fato de algum comentário afirmar que a civilização europeia seja superior a indígena em nada afetará os aspectos históricos desta cultura ou os fenômenos resultantes da forma de experimentar a vida dos índios, desde que não haja a intervenção direta de uma cultura sobre a outra, serão apenas diferentes e não minimizados.

Boaventura Santos (2010), assim como Moscovici (2003) reconhecem o saber popular como um saber de grande valia e importância, tanto quanto os saberes acadêmicos.

Mas, houve uma agressão histórica nos saberes, como ensinam (SANTOS; MENESSES, 2010, p. 19) que a forma de agir do colonialismo levou a que nações/povos colonizados tivessem muitas de suas formas peculiares de saber suprimidas. E essa sobreposição refez novos cenários e novos sujeitos.

Evidentemente que o “espírito de superioridade” não é capaz de provocar uma boa aceitação entre dois lados, tendo em vista que onde um se promove sobre o outro a relação é de desequilíbrio, e por consequência sem ética. Jodelet trata tal diferença pelo termo “alteridade de dentro”, porque se refere aos indivíduos que

marcados com o selo da diferença, seja ela física (cor, raça, deficiência, etc.) ou ligada a uma pertença de grupo (nacional, étnico, comunitário, religioso, etc.) se distinguem no seio de um conjunto social ou cultural e podem aí ser considerados como fontes de mal-estar ou de ameaça (1998, p. 48).

Dado tal entendimento basilar entre as questões em discussão, a realidade dos sul-americanos, seus anseios, e a construção do imaginário também são distintos.

A cultura, como cultura popular, longe de ser uma cultura menor, é o centro menos contaminado e radiante da resistência do oprimido contra o opressor [...]. Para criar algo de novo, há de se ter uma palavra nova que irrompa a partir da exterioridade. Esta exterioridade é o próprio povo que, embora oprimido pelo sistema, é o mais distante em relação a este (DUSSEL, 1973, p. 147).

A posição de Dussel (1973) é de apresentar essa cultura como uma possibilidade de resistência ao modelo econômico, que tanto fere os povos mais pobres. Ele reconhece a cultura popular como uma representação social estatuída pelo cotidiano, que também dinâmica se reconstrói a cada nova situação, sobretudo, política, e que tem em seu povo uma grande fonte de conhecimentos que alimenta essa cultura.

A proposta de discutir uma ética social, além de fomentar filiações acadêmicas, busca compreender o sujeito excluído e qual seu retrato social atual, Oliveira (2005) diz que esse fenômeno é percebido como uma ética do cotidiano, delineada também a partir da contribuição do debate travado com filósofos como Levinas, Apel, Hinkelammert, Kant, Marx, Habermas, entre outros e que tem como referência a vítima do sistema-mundo, isto é, o sujeito negado, por vezes marginalizado quanto ao seu direito fundamental à vida.

O sujeito-vítima dessa reorganização de mundo pós-industrial e pós-escravagista, tornou-se um ser excluído para aquilo que se considera digno à vida, e mesmo em condições precárias, com direitos suprimidos, ainda continua sendo o próprio alicerce de sustentação desse modelo exploratório, vendendo uma grande parte de sua vida às organizações que fazem história tornando-se centenárias, ricas e multinacionais com o aval do Estado.

Certamente, nessas circunstâncias a ética da libertação de Dussel presta um contributo significativo

Porque a experiência inicial da Filosofia da Libertação consiste em descobrir o “fato” opressivo da dominação, em que sujeitos se constituem “senhores” de outros sujeitos, no plano mundial (desde o início da expansão europeia em 1492; fato constitutivo que deu origem à “Modernidade”), Centro-Periferia; no plano nacional (elites-massas, burguesia nacional-classe operária e povo); no plano erótico (homem-mulher); no plano pedagógico (cultura imperial, elitista, versus cultura periférica, popular, etc.); no plano religioso (o fetichismo em todos os níveis) etc. (DUSSEL, 1995, p. 18).

Percebe-se como a dominação e exploração acontecem numa notável simetria dentro da organização econômica, e com atuação em diversos planos, nas estruturas sociais, dentro da religião, da educação, da saúde. O diálogo não é importante, ou não existe entre as partes (explorador e explorado), chega a ser empiricamente perceptível, entre os explorados,

um senso comum de que “a vida é isso mesmo”. Numa tentativa as vezes inconsciente (ou não) de internalizar a culpa e o conformismo pelas condições a que foi submetido.

Na TRS a dialogicidade é um ponto amplamente discutido e que corrobora com a necessidade de vias múltiplas para solução ética de problemas sociais, na busca de atenuar a assimetria existente na distribuição das rendas.

Dussel após sua obra originária “a Ética da Libertação (1973)”, propõe uma reorganização do pensamento ético

pela presença maior do negativo e material e com uma arquitetura racional de princípios muito mais elaborada, bem como uma ética necessária em face da “miséria que aniquila a maioria da humanidade no final do século XX”, junto com a incontível e destrutiva contaminação ecológica do planeta Terra (DUSSEL, 2000, p. 15).

A necessidade de uma ética mais aguerrida, no sentido de resistência, pautada por um conceito contextualizado com princípios mais elaborados, que o mesmo defende como a negação da cultura de colonização, de exploração, bem como, a não aceitação de que “isso é coisa da vida” ou “a vida é assim” numa espécie de banalização do próprio sofrimento ou do sofrimento do outro.

Não se trata simplesmente em perceber a ética, mas em vive-la, experimentá-la, como sendo uma substância daquilo que somos ou fazemos. Assim, pode-se compreender que essa proposta libertária de ética, baseia-se no instante que a dor do outro provoca um incômodo sem igual no “eu”. De modo que, surge então a necessidade de melhor compreender os fenômenos sociais, ambientais que rodeiam às vítimas. Eis então, um problema que demanda de pesquisa e evidências que apresentem de contraposta a conjuntura vigente.

## A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A ÉTICA NO BRASIL

Então, se a representação social não é a realidade em si, mas evidentemente o que as pessoas se servem dela, como sujeitos produtores poder-se-ia levantar a discussão de que a ética não necessariamente existe por si só, mas por aquilo que dela precisamos, ou seja, também é um produto social, assim como a representação social<sup>1</sup>.

Mas o fato é que não necessariamente andam juntas, por mais que desejável seja, e por isso a concepção de ética ou a ausência dela afeta a todos num contexto social.

A falta de ética no entendimento de Boaventura Santos (2009) estaria também (e não somente) em respeitar a “ecologia de saberes<sup>2</sup>” e não se tentar o neocolonialismo<sup>3</sup> dos povos do sul. Visão tão cristalina de respeito e ética que encontra a proposta de Moscovici (2002) apresentada por Jovchelovitch (1998) quando diz que chamava a atenção que a preocupação de Moscovici (2002) estava centrada nos processos de mudança e transformação dos saberes, não apenas nas estruturas estáveis da cognição social. Neste sentido, essa abordagem aproxima-se do conhecimento produzido pelas minorias ativas<sup>4</sup>.

Cada povo constrói e reconstrói a sua realidade social em respeito às suas próprias subjetividades, e por natureza são distintas em sua base cultural e vivencial. Rey (2006, p. 70) discorre que

a realidade social é construída porque existem processos subjetivos que expressam outros registros da realidade e que são os responsáveis pela produção da realidade social. A sub-

jetividade não é uma cópia, nem um reflexo do mundo real, é uma produção humana de caráter simbólico e de sentido que, dentro da realidade social em que o homem vive, lhe permite as diferentes opções de vida cotidiana e de seu desenvolvimento.

De forma que a naturalização da vida em caráter simbólico, dá a personificação de uma sociedade, ou de um povo, que se representa naquilo que vivencia em seu cotidiano.

Na América do Sul tal representação pode ser constatada nas classes sociais, na dureza da vida, na violência periférica dentre tantos outros aspectos que juntos formam a comunidade do sul do globo destacada por Boaventura Santos (2009).

A estrutura capitalista que permeia a vida das pessoas é em grande parte, a condutora das diferenças das sociais e da violência no Brasil por exemplo, e tratando dessa abordagem econômica Moscovici (2002) diz que esta versão da economia concebe uma imensa área da conduta humana como irracional, uma vez que, dentro de sua prática, tudo o que vai além do individualismo e tudo o que diverge um pouco de um modelo de capitalismo, entra, por definição, no domínio da irracionalidade. Assim, a ação capitalista em detrimento da ética se explica como irracional.

Segundo Jovchelovitch (2011, p. 164) “aquilo que parece irracional ou errado para o observador externo, tem sentido para o sujeito do saber”. Tem sentido possivelmente pelo universo onde este sujeito esteja mergulhado ou condicionado a experimentar, então dentro daquilo que é o seu cotidiano, o capitalismo predatório se justifica por outros fatores que lhe foram apresentados como a meritocracia ou outros termos do “dicionário da economia”.

Trata-se de uma irracionalidade, pois, não há uma possibilidade de posicionamento ético respeitado pelo mercado, o mesmo não leva como esteio de suas ações a ética, como elemento tão importante no trato social, uma vez que sua ausência pode ser justificada, ou provocada uma sensação de culpa do sujeito-vítima.

Contrariando qualquer justificativa, pode-se ousar a dizer que a economia é capaz de escolher aquele que come entre os que não comem. Aqueles que viverão mais e melhor daqueles que morrerão mais cedo em piores condições de vida.

As perguntas são inquietantes nesse momento: qual a ética que norteia o capitalismo? Qual a racionalidade existente neste regime econômico?

Os fenômenos sociais no Brasil transitam muito pela luta de classes, na construção de uma realidade imagética onde as mazelas sociais retratam com muita propriedade aquilo que é experimentado pelo povo.

A pesquisa sobre a teoria das representações sociais no Brasil imerge e emerge no cenário caótico cotidiano, e arguindo sobre essa condição peculiar Paula e Kodato (2016, p. 205) afirmam que “a visão de um homem concreto, pensando enquanto sujeito ativo e histórico, tem contribuído para uma atuação profissional eminentemente ética e intensamente norteada para o empoderamento das minorias que vivem em situação de sofrimento, humilhação e injustiça”.

A modernidade refaz os retratos sociais a cada modificação na relação “espaço-tempo”, com direção nítida às necessidades capitalistas. E nesse ponto as fontes teóricas de Dussel (2000) e Moscovici (2002) apesar de diferentes se relacionam e dialogam bem para “o tecer de uma reflexão social”. Moscovici (2002) busca na dinâmica e na dialogicidade as representações sociais,

nos contextos das sociedades industriais e das pós-industriais, as representações sociais assumem um caráter móvel, plástico e circulante. Ao mesmo tempo em que elas surgem, podem desaparecer. Em diversos campos (político, religioso, científico, entre outros), muitas delas não conseguem sequer se sedimentar, pois o seu tempo de duração (existência) não as deixa se transformarem em tradições imutáveis, o que mostra o seu caráter altamente dinâmico (MORIGI, 2004, p. 4).

A dinâmica do mundo contemporâneo retratada também por Bauman (2001) na metáfora da liquidez, onde tudo se dissolve no ar e escorre entre os dedos, inclusive as relações, diante disso como observar a construção de uma representação social? Se a cada momento aquela “verdade” já não existe ao passo que tantas outras “novas verdades” surgem?

Ao que se percebe as transformações são mais relacionais que paradigmáticas, de sorte que as relações sofrem com os impactos das mudanças, já os paradigmas mais fortes permanecem pouco alterados, quando é conveniente àqueles que podem manipular.

Objetivamente, pode-se observar que as crises capitalistas no decorrer de décadas nada ou pouco mudaram o perfil econômico daqueles que são pobres. A concentração de capital e as relações de poder continuam da mesma forma e com pouca variação de intensidade ano após ano.

Como aponta Boaventura Santos em sua análise dos movimentos hegemônicos, se todas as diretrizes econômicas são constituídas pelo europeus e norte-americanos então o “submundo” é resumido principalmente na América Latina e África, denunciando que o colonialismo ainda prevalece, e questionando as diferenças entre o sul e o norte do globo.

Sobre a TRS e sua ética na América Latina (PAULA; KODATO, 2016, p. 206) afirmam que

tornou-se, então, uma vertente que não ignora o viés político e ideológico na ciência e no conhecimento produzido, desmascarando os mecanismos de alienação, as formas com que os discursos dominantes do capitalismo pós-industrial legitimam e mantêm a exclusão perversa.

A relação estabelecida na maioria das vezes é evidentemente de dominação. Neste ponto pode-se entender que a utilização da ideologia provoca as amarras necessárias ao instrumento de dominação. Mas, pode ser também numa ideologia oposta a dominante que repousa a liberdade almejada.

Recorre-se então a Guareschi (2000) para melhor expor sobre a dominação, ele ensina que o uso da ideologia é empregada como formas simbólicas para criar ou reproduzir relações de dominação.

Em Althusser (1985, p. 110) essa relação de poder, bem como a abordagem ideológica, pode partir predominantemente do Estado quando diz que

a ideologia dominante, que existe no complexo sistema dos aparelhos ideológicos de Estado, é também o resultado de uma dura e muito longa luta de classes, através da qual a burguesia (se tomarmos esse exemplo) só pode conseguir seus fins sob condição de

lutar, ao mesmo tempo, contra a antiga ideologia dominante, que sobrevive nos antigos Aparelhos, e contra a ideologia da nova classe explorada, que busca suas formas próprias de organização e de luta.

A ética então surge como um instrumento de denúncia e de reflexão para os des-serviços prestados - humanidade pelo capitalismo. Um reexame cotidiano do que a sociedade brasileira deve juntamente com a América Latina praticar, em ações básicas como a discussão de gênero, raça, a função social das multinacionais, e as políticas públicas adotadas pelo Estado.

Ao abordar sobre a importância da ideologia para a TRS e também na compreensão das condições humanas diz (GUARESCHI, 2000, p. 45)

nosso entendimento é de que, apesar de todas as críticas que se possa fazer ao conceito de ideologia, como seu privilegiamento das funções políticas dos sistemas simbólicos, em detrimento de sua estrutura lógica e das mediações psicológicas, ele ainda desempenha um papel definitivo e indispensável, principalmente para se compreender as dimensões éticas, valorativas e críticas, na esperança da emancipação dos seres humanos de condições de vida humilhantes. E nossa percepção que a dimensão valorativa, ética, jamais pode ser separada das ações, e por isso, de uma maneira ou outra, ela está presente tanto no processo de construção das RS, como em sua estrutura. Perder a dimensão de não-neutralidade dos processos e representações, é empobrecer e mistificar tanto a uns como outras.

Evidentemente são indagações que fomentam a discussão entre a filosofia da libertação, a TRS e a ética. E essa correlação pode ser representada por meio de engrenagens sociais, ao passo que tal instrumento aduz o entendimento de sincronia para seu funcionamento, assim, não excludentes. Ou para além disso, são complementares.



Figura 1: O sincronismo substantivo

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

A ética então sincroniza alguns campos do conhecimento que têm ação efetiva na pesquisa contemporânea com reflexos sociais bastante expressivos, devendo inclusive ser pauta de políticas públicas. Assim, trata-se de estar além da crítica política, mas almejar uma

condição digna para pessoas sem a necessidade da criação de rótulos como “baixa renda” ou “classe D”.

O convite é sobretudo, para uma discussão onde a ética que apontada no princípio deste artigo como aristotélica e sistematizada na prática do bem, possa assumir o papel de asseguradora das condições fundamentais para a dignidade, assim como pleiteia a filosofia da libertação, bem como a TRS no Brasil.

## ANÁLISE PERMEADA PELO CONTRASTE DIALÓGICO ENTRE A ECONOMIA E A ÉTICA

A economia não corrompeu o homem, mas tão somente lhe apresentou aquilo que ele realmente é. Não há um tratado na economia onde o capitalismo seja a única possibilidade, ou ainda, como sendo aparelho de exploração.

Mas, há o que Foucault (2007) apresenta como a constituição da sua noção de *homo economicus*, uma discussão da raiz do neoliberalismo clássico. Esse conceito Foucaultiano presta um contributo muito significativo neste momento da discussão teórica, ao passo que recorrendo a Hamann (2012, p. 3) onde refere-se que “o *homo economicus* neoliberal é um “átomo” de interesse próprio, livre e autônomo, plenamente responsável por navegar pelo campo social utilizando cálculos de escolha racional e custo-benefício, excluindo explicitamente todos os demais valores e interesses”.

Identificadas as características elementares do homem contemporâneo e como este lida como o regime econômico, podemos avançar partindo de um pensamento crítico sobre o fenômeno da pobreza generalizada e promovida pelo capitalismo onde Sen (2000, p. 6) explica que

Os ganhos e as riquezas são meios genéricos de perseguirmos o tipo de vida que razoavelmente valorizamos. É tão importante reconhecer o papel central da riqueza na determinação das condições e da qualidade de vida como compreender a natureza específica e contingente dessa relação. O crescimento econômico não pode ser tratado como um fim em si mesmo. Deve referir-se à promoção da vida que construímos e às liberdades de que usufruímos.

De modo que, o capitalismo não deveria exercer impacto sobre a essência do ser humano, mas sim ser instrumento de elevação das condições para a vida. Quanto ao Brasil, é de notório destaque seu potencial econômico sempre na categoria das maiores economias do mundo, mas, em paralelo a explanação de Sen (2000) pode-se chegar à conclusão que essa potencialidade em nada melhora a vida das pessoas, pelo contrário, por vezes pode ser fruto de exploração laboral, e também assim ferindo severamente a ética por escolhas obviamente calculadas.

O que Sen (2000) aponta de concreto é uma efetiva extirpação dos direitos ao usufruto de uma vida equilibrada, que não permitida por um modelo econômico, parece às margens de uma ética também negada ou pouco recorrida, já que implicaria uma redução na acumulação daqueles que já detém uma significativa parcela da economia global.

Mas, dentre tantas possibilidade de se pensar a economia pós industrial, o que chama a atenção não é o sistema capitalista, mas a natureza das pessoas. Tal questão é tão

inquietante que em sua obra Sen (1999, p. 11-12) disparou a seguinte proposição reflexiva: As pessoas estudadas pela economia podem mesmo ser tão insensíveis a essa questão flexível e ater-se exclusivamente à impassibilidade rudimentar a elas atribuída pela moderna economia?

Poucas palavras nessa pergunta, mas suficientes para fazer os pesquisadores, bem como, a comunidade acadêmica tomar tal questão como o prisma daquilo que chamarei aqui de “dispersivo social”, ou seja, que decompõe a luz, que segrega aquilo que lhe faz inteira. E assim, é o decurso da humanidade segregando-se e promovendo o distanciamento ou manutenção das classes, mais e menos abastadas, classe A ou E, onde a ética não é inimiga fundamentalmente de um regime econômico, mas, muito provavelmente da natureza humana, que a metáfora o instrumentaliza como seu prisma que, além de segregar não permite a passagem da ética pelo capitalismo.

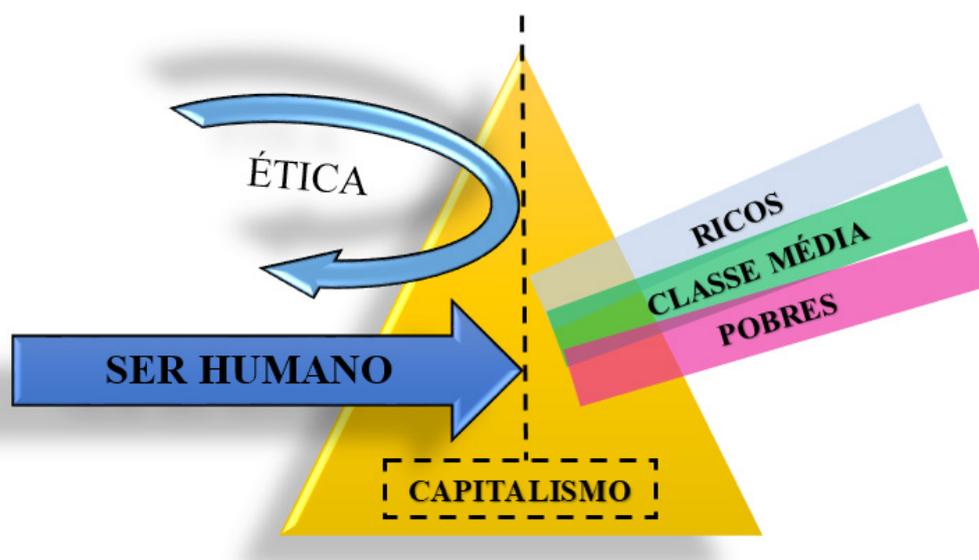


Figura 2: Prisma do dispersivo social  
Fonte: Próprio autor baseado nas teorias (2019)

Essa é a condição que promove a formação de várias faces e representações sociais, consubstanciadas pelas dores da degradação de seu ser, e para além da pobreza, outros prismas também nos separa por homoafetivos, negros, favelados e tantas outras pseudoclassificações que acabam por rotular grupos enormes de seres humanos.

Por certo, um enlace entre a ética e a economia seria ideal, apesar de a cada dia se apresentar tão distante. Há nessa ocasião contemporânea que vivemos um empobrecimento intrínseco da sensibilidade do homem, uma insuficiência do seu “eu” em compartilhar do que vive o outro. Mas, além desse empobrecimento, há outro não menos importante que Sen (1999, p. 15) argumenta que “a natureza da economia moderna foi substancialmente empobrecida pelo distanciamento crescente entre economia e ética”.

Com o avanço da discussão muitas coisas saltam da teoria para se consolidarem em forma de perguntas, dentre elas se há algum movimento contra-hegemônico capaz de defender os menos abastados do regime econômico? Ou ainda, qual a possibilidade de um estreitamento entre a economia e a ética? Enfim, os gritos ecoam no labirinto da economia global, impulsionam atores e devem corroborar com tensões por todo o mundo, principalmente nas localidades onde a miséria ainda é maior, como na América Latina e Brasil, onde se faz presente a todo o tempo, com todo tipo de violência imaginável.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se percebe que o convívio se torna angustiante, a ética pode ser o antídoto. Mas, na vida prática, para isso é necessário que um incomodo seja provocado, fomentado, para que pessoas ou grupos com posições representativas da sociedade sejam atingidos, possam eles ser políticos ou intelectuais para que tragam à tona discussões agregadoras e confluentes para uma solução.

O problema se agrava quando a ética choca-se com as intenções de uma economia de mercado, que historicamente não conserva raízes éticas, como apontam Boaventura Santos (2009), Michael Apple (2006).

Nesse ponto circunstancial, conceber a ética como um dispositivo mitigador dos problemas sociais, tornou-se um robusto ponto de análise das teorias propostas pela filosofia da libertação e relações sociais.

Na filosofia da libertação, com seu expoente Dussel (1995) foi possível abordar a sensibilidade intrínseca ao ser humano, uma preocupação verídica com as condições em que esse é exposto à vida.

Já as análises das correntes brasileiras, também chamada por Jodelet (2005) de “escola brasileira” da teoria das representações sociais, encontrou um campo de trabalho bastante arraigado nas condições culturais de um povo miscigenado por circunstâncias históricas e também marcado por uma precariedade das condições básicas à vida. Nas pesquisas de Guareschi (2000) ficou explícito que as Representações Sociais são de fato fenômenos e objetos de investigação, e esses objetos são elementos da realidade social, ao passo que assumiu uma bandeira de luta pelas minorias excluídas, pelos desfavorecidos do “milagre econômico”, prestando um grande contributo histórico na discussão acadêmica ou mesmo na necessidade de reação do poder público em resposta à sociedade.

Por fim, o ponto agudo de interesse das duas teorias em discussão é justamente o embasamento central da correlação destas com a ética, ainda que distintas convergem para uma direção muito próxima e substancialmente podem ser compreendidas de modo simultâneo.

Se ambas fossem adotadas como modelo para as relações vivenciais, as representações sociais seriam outras.

O aprofundamento nas teorias em destaque provoca uma percepção de que a degradação do indivíduo agride não somente a vítima, mas outros tantos membros da sociedade. Ao passo, que uma parcela das pessoas transita pela vida imperceptível destes fenômenos, onde o problema é tratado como isolado, por maior que seja. De tal forma, que pode ser posto em “xeque” a perspectiva de mudança e melhoria social, assim como o respeito pelas minorias.

De certo, nos cabe a consciência de que não há transformação ou melhoria sem que seja gerado um estado de incomodo em saber que o “outro” é marginalizado e agredido por não “ser” ou não “ter” o mínimo ideal estipulado por um modelo econômico e seus direcionadores. Passa a ser classificado como um ser economicamente inativo, inválido ou inexistente para a economia, corroborando com o entendimento de que a ética não perfaz os princípios basilares da economia.

A ética, sobretudo a aristotélica em questão, pode ser semeada pelos ventos do movimento contra hegemônico, na educação, nos conselhos participativos, no exercício da

democracia ou a cada linha escrita como protesto ou defesa. De modo que, a proliferação da liberdade seja um dia natural.

Pois a ética, possivelmente possa ser discutida e velada como a essência do ser humano. Onde conforme o propósito que Dussel (1995) aponta, onde a dor do outro lhe proporcionará uma sensibilidade própria dos pares. Onde a representação social de Moscovici e Marková (2003) será mais bela que outrora, e a exclusão não encontrará espaço nas escolas ou na democracia, e a ética aristotélica conduzirá o ser humano para um bem maior.

## THE ETHICS IN THE PERSPECTIVE OF THE THEORY OF SOCIAL REPRESENTATIONS AND THE PHILOSOPHY OF LIBERATION

*Abstract: the social problems in Latin America, especially in Brazil, instigated this research, which made use of theoretical tools through an exploratory and descriptive approach, analyzed the correlation between ethics, the theory of social representations, and the philosophy of liberation against social problems in Brazil. Based on thinkers like Dussel in the philosophy of liberation and Moscovici on social representations, research has pointed to ethics as a point of convergence in relation to the problem of poverty and the struggles of social minorities. And that this minority has absorbed the depreciative condition as a natural circumstance of its life, incorporating it as a necessary stigma for survival in the capitalist world. And since capitalism predominates, it does not assume ethics as the basis of its actions, but the consubstantiation in an element of convenience and circumstantial choices thus becomes a market ethic even to the detriment of the human condition.*

*Keywords: Ethics. Social Representations. Philosophy of Liberation. Capitalism.*

Notas:

- 1 A teleologia é a ciência que estuda os fins. A ética clássica, sendo uma ética teleológica, tem, portanto, uma base finalista, sendo uma concepção que determina os meios e um fim último para a vida humana.
- 2 Segundo o autor esse conceito se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia.
- 3 Neocolonialismo conceito frequentemente utilizado por Santos consiste, nesta ocasião, na suplantação de saberes que uma determinada população julga ser mais relevantes que os de outra. De modo a reviver o processo de colonização de séculos anteriores.
- 4 Em 1961 Moscovici publica a “Tese das minorias ativas” elaborando esse conceito, onde o autor aponta o ser humano como o principal agente de mudança e transformação social, sendo individualmente ou em grupos capazes de criar estratégias para defesa de seus ideais e necessidades.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARISTÓTELES. *Metafísica*: livro 1 e livro 2; *Ética a Nicômaco*; *Poética*. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. Tradução de Vincenzo Cocco et al. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BUSSOLETTI, Denise; GUARESCHI, Pedrinho A. *Entre-lugares de verdades perigosas: a teoria das representações sociais, a dor do outro e a dialogicidade ainda possível*. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/19384/12495>. Acesso em: 6 mar. 2018.
- DUSSEL, Enrique. *El encubrimiento del outro: hacia el origen del mito de la modernidad*. Conferências de Frankfurt. Madrid: Nueva Utopia, 1992.
- DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DUSSEL, Enrique. *Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão*. Trad. de George I. Maissiat. São Paulo: Paulus, 1995.
- DUSSEL, Enrique. *Para una ética de la liberación latinoamericana – v. I-II*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1973.
- DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00051.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2018.
- FOUCAULT, Michel. *Security, Territory, Population: lectures at the Collège de France, 1977-1978*. Tradução de Graham Burchell, organização de Arnold I. Davidson. New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- GUARESCHI, Pedrinho A. Representações sociais e ideologia. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, p. 33-46, 2000.
- HAMANN, Trent H. Neoliberalismo, governamentalidade e ética. *Ecopolítica*, v. 3, p. 99-133, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/viewFile/12910/9387>. Acesso em: 11 jun. 2018.
- JODELET, Denise. A alteridade como produto e processo psicossocial. In: JODELET, Denise. *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- JODELET, Denise. Representações sociais: histórias e avanços teóricos. Vinte anos da teoria das representações sociais no Brasil. In: OLIVEIRA, Denize Cristina de; CAMPOS, Pedro Humberto Faria (orgs.). *Representações sociais, uma teoria sem fronteiras*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações sociais e polifasia cognitiva: notas sobre a pluralidade e sabedoria da Razão em Psicanálise, sua imagem e seu público. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo. (orgs.). *Teoria das representações sociais - 50 anos*. Rio de Janeiro: Techno Politik, 2011.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações sociais: Para uma fenomenologia dos saberes Sociais. *Psicologia & Sociedade*, v. 10, n. 1, p. 54-68, 1988.
- MORIGI, Valdir José. *Teoria social e comunicação: representações sociais, produção de sentidos e construção dos imaginários midiáticos*. Disponível em: <http://www.compos.org.br/e-compos>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- MOSCOVICI, Serge; MARKOVÁ, Ivana. La presentación de las representaciones sociales: diálogo con Serge Moscovici. In: CASTORINA, José Antonio (org.). *Representaciones*

- Sociales: problemas teóricos y conocimientos infantiles*. Barcelona: Gedis editorial, 2003.
- OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. *Saberes, imaginários e representações na educação especial: a problemática da “diferença” e da exclusão social*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- PAULA, Alexandre da Silva de; KODATO, Sérgio. Psicologia Social e Representações Sociais: Uma Aproximação Histórica. *Revista de Psicologia da IMED*, v. 8, n. 2, p. 200-207, 2016. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/987>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- REY, Fernando Luis González. As representações sociais como produção subjetiva: seu impacto na hipertensão e no câncer. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 8, n. 2, dez. 2006.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, Amartya. *Sobre Ética e Economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.